



Inquérito BIP | 1

A qualidade da informação jornalística sobre incêndios



Pressão Média

Pergunta do inquérito: Como avalia a informação jornalística sobre os incêndios em Portugal, difundida desde julho de 2025?

Disponível ao público entre 31 de julho e 30 de outubro de 2025

Respondentes: 108

Amostra: não probabilística acidental (não permite generalização estatística)

O que diz o inquérito: o jornalismo sobre incêndios é de má qualidade

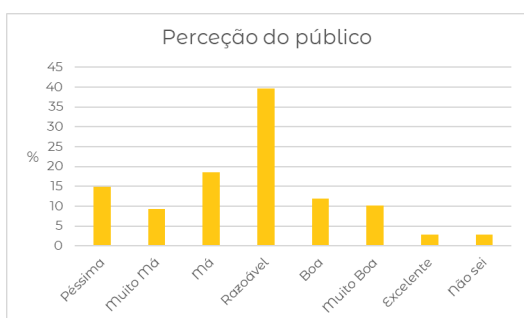


Gráfico 1 - Perceção do público sobre a qualidade da cobertura noticiosa sobre os incêndios de verão de 2025

O Gráfico 1, com a distribuição das respostas dos 108 participantes, mostra que 29,6% da amostra classificou a qualidade da informação jornalística sobre os incêndios como “Razoável”, tendo esta sido a categoria mais escolhida (moda). A percentagem de participantes que votaram no espectro negativo é significativa: 42,6% consideraram a cobertura jornalística “Péssima”, “Muito Má” ou “Má”.

Dos 108 participantes, 91 (84,3%) têm formação ao nível do ensino superior - licenciatura (38%), mestrado (27,8%) e

doutoramento (18,5%). Esta sobre-representação na amostra (Gráfico 2) deve-se ao contexto académico em que o BIP está inserido, sendo que o alcance da comunicação fora desta comunidade é, ainda, embrionário. Assim, apenas dois participantes (1,8%) no inquérito têm grau de escolaridade correspondente ao ensino básico e 15 (13,9%) ao ensino secundário. Isto resulta num enviesamento da amostra, que coloca em causa a sua representatividade para o público em geral.



Gráfico 2 - Distribuição dos participantes por grau de ensino

Relativamente à idade dos participantes (Gráfico 3), os intervalos etários dos 30-39

anos (26 participantes; 24,2%), dos 40-49 anos (29 participantes, 27%) e dos 50-59 anos (26 participantes, 24,2%) são as mais representadas.

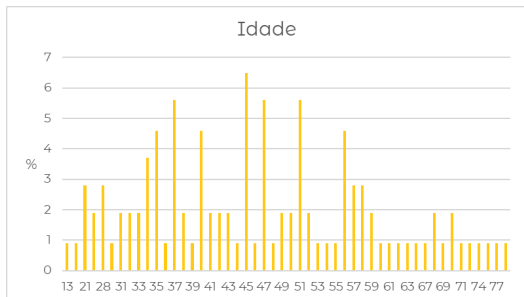


Gráfico 3 - Distribuição dos participantes por idade

O que dizem a investigação e os especialistas: uma cobertura centrada no “espetáculo”

Com trabalho sobre a cobertura noticiosa de incêndios (Midões et al., 2025), Miguel Midões, investigador do CECS na área do jornalismo de proximidade, considera - em entrevista ao BIP - “normal” que a categoria mais escolhida pelo público neste inquérito seja “Razoável”. “Em termos de opinião é uma espécie de zona de conforto, para não pensarmos muito no assunto ou para nos ‘protegermos’ de termos uma opinião mais fundamentada”, explica. Para o investigador, esta é, ainda, uma perceção que se alinha com a baixa literacia mediática do contexto português. Por outro lado, Midões refere que a cobertura noticiosa dos incêndios de verão de 2025 centrou-se no “espetáculo” e nas “consequências negativas”, ainda que haja “boas exceções”. António Bento-Gonçalves, geógrafo e investigador do CECS, aponta - em entrevista ao BIP - que a cobertura noticiosa tende para a espetacularização dos acontecimentos e

que os diretos podem “produzir um efeito de mimetização, revelando-se particularmente negativos”. Segundo a literatura científica, as críticas à cobertura noticiosa de catástrofes identificam uma tendência para a sensacionalização, para a divulgação de informação imprecisa (por falta de verificação de factos durante a cobertura do acontecimento) e para a falta de análise contextual do risco e de mitigação do perigo (Thorson, 2012).

Pressupondo características clássicas do jornalismo de qualidade, como a precisão, a clareza e a completude, a qualidade da informação jornalística sobre catástrofes define-se, segundo Thorson (2012), pelo enquadramento noticioso, pelo reportar das fases da catástrofe ao longo do tempo e pela adesão a um foco na saúde pública (prevenção, a preparação, a mitigação). Entre os diversos tipos de enquadramento noticioso (*framing*), a autora refere o enquadramento económico (Thorson, 2012), ou seja, a cobertura noticiosa focada nas consequências económicas do desastre para a região afetada. Este enquadramento é evidenciado empiricamente por Salles et al. (2025), num estudo sobre a cobertura dos fogos na Amazônia, em 2020: “a crise ambiental desenfreada foi retratada pelos media tradicionais brasileiros como uma ameaça direta ao desenvolvimento económico e às exportações do país” (p. 9). O foco na saúde pública é um fator também referido por Bento Gonçalves, quando aponta que o jornalismo, em contexto de incêndios, “deveria informar e, principalmente, contribuir para educar/sensibilizar”. Ao invés, procura “gerir audiências, mesmo que isso

implique gerar pânico desnecessário, promover desinformação (sem rigor nos dados, repetindo chavões errados) e tentar, mesmo quando convidam especialistas, gerar polémicas”, refere o investigador.

O guia da ONU para jornalistas interessados em reportar acerca da redução do risco de desastres também salienta a ligação entre o jornalismo e o foco na saúde pública: recomenda-se, por exemplo, que antes dos desastres (neste caso, da época de incêndios) se “escreva sobre as potenciais ameaças” e que se investigue que tipo de medidas de “prevenção, mitigação, preparação e recuperação” estão em funcionamento (Leoni et al., 2011, p. 88). E que, depois do desastre, se aprofundem questões como “porque aconteceu? Podia ter sido evitado?”; e se questione, por exemplo, a atuação dos responsáveis pela gestão do desastre ou a falta de financiamento e de recursos para a redução do risco.

Um manual do Dart Center for Journalism & Trauma (Brayne, 2007) aponta que o “bom jornalismo - sobretudo, o rigoroso e justo” é importante em qualquer situação e, sobretudo, em situações de desastre.

Um dos primeiros conselhos deste manual aos jornalistas que cobrem este tipo de acontecimentos é que parem, observem e escutem, e que se preparem para “dedicar tempo e serem pacientes”. Além disso, salienta-se que os jornalistas nunca devem tornar as situações piores para aqueles cujas histórias estão a ser reportadas (Brayne, 2007, pp. 3-4).

Em contraponto a estas recomendações, Midões aponta que, na cobertura noticiosa dos incêndios de verão de 2025, houve “jornalistas e repórteres de

imagem (por vezes) a dificultarem o trabalho dos bombeiros ou a estarem/colocarem-se em zonas de perigo e alto risco, desvalorizando (muitas vezes) [...] a prevenção deste tipo de situações e a criação de histórias (ainda que mais lentas) com mais conteúdo e que trouxessem algo de novo, ou mesmo de conhecimento, à audiência”.

A literatura científica, os especialistas e os participantes no inquérito convergem na ideia de que, para que as notícias sobre incêndios vão ao encontro das recomendações para a produção de jornalismo de qualidade sobre desastres, há ainda trabalho a fazer.

Referências

- Brayne, M. (2007). *Trauma & journalism. A guide for journalists, editors & managers*. Dart Center for Journalism and Trauma.
- Leoni, B.; Radford, T., & Schulman, M. (2011). *Disaster through a different lens: Behind every effect, there is a cause*. United Nations Office for Disaster Risk Reduction.
- Midões, M., Reis, A. I., Pereira, F. R., & Guerra, R. T. (2025). Jornalismo de proximidade: a cobertura noticiosa do Jornal do Centro aos incêndios de outubro de 2017 na região de Viseu (Portugal). *Âmbitos*, (67), 222-242.
- Salles, D., Santini, R. M., Medeiros, P., Regattieri, L., & Estrella, C. (2025). There's no smoke without fire: Legacy media and junk news. Discourses on the Amazon fires. *Journalism Practice*. <https://doi.org/10.1080/17512786.2025.2544188>
- Thorson, E. (2012). The quality of disaster news. Frames, disaster stages, and a public health focus. In M. Steffens, L. Wilkins, F. Vultee. E. Thorson, G. Kyle & K. Collins (Eds.), *Reporting disaster on deadline. A handbook for students and professionals* (pp. 69-80). Routledge.

Sandra Marinho & Inês Mendes

Este trabalho é financiado por fundos nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., no âmbito do financiamento do Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade (CECS) 2025-2029.